



DECRETO N.º 032/2013.

“Regulamenta procedimento para realização de Audiência Pública”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM CONSELHO – PE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Audiência Pública é uma instância de discussão onde a Administração Pública informa, esclarece dúvidas e dá ampla publicidade sobre ações, planos e projetos, públicos ou privados, relativos à política urbana e rural, de interesse dos cidadãos direta e indiretamente atingidos pela decisão administrativa, sendo obrigatória, sob pena de nulidade do ato de aprovação.

Art. 2º A Audiência Pública tem como objetivo específico a obtenção de dados, subsídios, informações, sugestões e críticas sobre o objeto do edital de convocação, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular na gestão da cidade.

§ 1º. As sessões serão de livre acesso a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pela instalação física do local.

§ 2º As sessões deverão ser realizadas em locais acessíveis aos interessados.

§ 3º O quorum para abertura será o presente à sessão pública.

Art. 3º A convocação para a realização de audiências será feita no período de 10 (dez) dias que a antecederem, por meio de propaganda escrita e falada e a fixação de editais em local de fácil acesso e na sede da Prefeitura Municipal.

Art. 4º Todos os participantes deverão registrar a presença, mediante preenchimento de formulário próprio a ser disponibilizado na entrada da sala onde ocorrerá a Audiência Pública, com a indicação do nome, endereço, telefone e fax, e-mail e o nome da pessoa jurídica, pública ou privada, que representa, se for o caso.

CAPÍTULO II

DA CONDUÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 5º A Audiência, convocada pelo Prefeito Municipal, será aberta pelo Secretário Municipal responsável pela pasta vinculada ao objeto da Audiência ou representante designado, o qual dará início aos trabalhos com a formação da Mesa.





Parágrafo único. Serão integrantes da Mesa os representantes das entidades públicas e das entidades da sociedade civil convidadas, bem como as autoridades e outros presentes a critério do presidente dos trabalhos.

Art. 6º A Audiência será conduzida por um Presidente indicado pela Administração Pública.

Art. 7º São prerrogativas do Presidente da Audiência Pública:

- I – designar um ou mais secretários para auxiliar os trabalhos;
- II – apresentar os objetivos e regras de funcionamento da Audiência;
- III – mediar os trabalhos de perguntas e respostas;
- IV – decidir sobre a pertinência das questões formuladas;
- V – autorizar intervenções orais.

Art. 8º São atribuições do Secretário:

- I – recolher as perguntas formula das pelos participantes, de acordo com a ordem de Oferecimento e encaminhá-las ao Presidente;
- II - controlar o tempo das manifestações orais, quando autorizadas, registrando-as;
- III – redigir a Ata da Audiência Pública;
- IV – encaminhar o relatório consolidando as sugestões recebidas e as perguntas e respostas da Audiência para o Executivo Municipal.

CAPITULO III

DOS PARTICIPANTES

Art. 9º. Será considerado participante da Audiência Pública qualquer cidadão residente na cidade de Bom Conselho - PE, sem distinção de qualquer natureza, interessado em contribuir com o processo de discussão mencionado no respectivo Edital de Convocação.

Art. 10. Os participantes poderão, após a exposição do tema, formular perguntas, pedidos de esclarecimentos e fornecimento de informações, bem como encaminhar sugestões que deverão, obrigatoriamente, ser apresentados por escrito, com a indicação de seu autor, sob pena de não serem aceitas.

Parágrafo único. As formulações que eventualmente não se limitarem às questões objetivadas na Audiência Pública serão desconsideradas.

Art. 11º. Os participantes deverão respeitar o tempo estabelecido para apresentação das perguntas, a ordem de oferecimento, o tempo de manifestações orais e, tratar com respeito e civilidade os demais participantes da audiência, seus organizadores e expositores.

CAPÍTULO IV

DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 12. A Audiência Pública terá a seguinte ordem:

- I – formação da Mesa Diretora;
- II - apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência;
- III – exposição técnica, pelo responsável pela ação, projeto ou plano em análise;
- IV – formulação e encaminhamento das perguntas e sugestões;
- V – leitura dos questionamentos e resposta;
- VI – encerramento com a leitura resumida dos pontos principais da Audiência.





SEÇÃO I

Dos Procedimentos

Art. 13. Os participantes disporão de 10 (dez) minutos, após a exposição técnica da matéria para apresentar sugestões, questionamentos e pedidos de esclarecimentos ou mais informações, obedecido o disposto no art. 10 deste decreto.

Parágrafo único. Poderá ser permitida (01) réplica ora I de 02 (dois) minutos, após a resposta, desde que, autorizada pelo Presidente da Audiência.

Art. 14. As questões formuladas serão lidas e respondidas oralmente ao público pela equipe técnica, que terá 02 (dois) minutos para responder cada pergunta elaborada pelos participantes, e esclarecimentos adicionais de mais 01 (um) minuto, após a manifestação oral do participante.

Parágrafo único. Se houver excesso de questões formuladas, levando - se em conta a necessidade de observar o horário previsto para o término da Audiência Pública, as respectivas respostas poderão ser apresentadas por blocos, organizados por coerência de conteúdo, caso em que, não serão permitidas manifestações orais.

Art. 15. O encerramento da Audiência Pública será efetuado pelo Presidente no horário previsto no Edital Convocatório, com a leitura resumida dos pontos principais da sessão.

Art. 16. Ao final da audiência será lavrada Ata que será subscrita pelo Presidente da Audiência e pelos secretários, devendo ser anexadas a esta a lista de presença e relatório consolidando as sugestões recebidas e as perguntas e respostas que será submetida ao Executivo Municipal e publicadas na página eletrônica do Município.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As sugestões, opiniões, críticas e informações colhidas na Audiência Pública terão caráter consultivo e não - vinculante, destinando - se a subsidiar a motivação do Executivo Municipal quando da tomada de decisão acerca da matéria objeto da Audiência.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal Cel. José Abílio de A. Ávila, em 02 de setembro de 2013.


Dannilo Cavalcante Vieira
Prefeito Municipal de Bom Conselho/PE.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins, nos termos do inciso XV do art. 80 e inciso XXVII do art. 91 da Lei Orgânica Municipal, e Art. 97 inciso I alínea "b" da Constituição do Estado, que o presente Decreto foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura em 02 de setembro de 2013.


Luis Henrique Crêspo de Matos
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional





EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO – PE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública e, em atendimento ao que dispõe a Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, faz saber a quem interessar possa, aos cidadãos bom-conselhenses maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade, especialmente os servidores público e particular, as autoridades civis e militares, sindicatos, conselhos, as entidade de classes, que fará realizar Audiências Públicas para Apresentar e discutir a Elaboração do: **PPA – PLANO PLURIALNUAL**, para o quadriênio de 2014 a 2017, e **LOA - LEI ORÇAMENTARIA ANUAL**, para o exercício de 2014. Data, horário e local.

Data	Horário	Local
20/09/2013	14:00 h	Rainha Isabel–Escola Rainha Isabel
21/09/2013	14:00 h	Barra do Brejo–Escola Manoel Tenório Luna
25/09/2013	14:00 h	Lagoa de São José–Escola Plácido Firmino
26/09/2013	1400 h	Logradouro dos Leões–Escola José Vieira Filho
27/09/2013	08:00h	Sede – Bom Conselho – AABB – Associação Atlética Banco do Brasil.

Assim, atendendo aos princípios da administração pública, consagrados em textos legais, todos ficam devidamente convocados a participarem desta audiência.

Bom Conselho - PE, 03 de setembro de 2013.


Dannilo Cavalcante Vieira
Prefeito Municipal de Bom Conselho

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins, nos termos do inciso XV do art. 80 e inciso XXVII do art. 91 da Lei Orgânica Municipal, e Art. 97 inciso I alínea “b” da Constituição do Estado, que o presente Edital de Convocação para Audiência Pública, foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura em 03 de setembro de 2013.


Luis Henrique Crêspo de Matos
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

